



Sindifisco | MS

Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita
Estadual de Mato Grosso do Sul

EM DIA COM O FISCO

INFORMATIVO SINDIFISCO-MS | 28/01/2023



FENAFISCO PARTICIPA DE ENCONTRO COM LULA E CENTRAIS SINDICAIS

"Não queremos que o trabalhador seja um eterno fazedor de bico. Queremos que ele tenha direitos garantidos e um sistema de seguridade social que o proteja em momentos de infortúnio. Ao invés de fazer por medida provisória, vamos ter de construir juntos. Pois fica mais difícil de desmanchar"

A Fenafisco, por meio do presidente Francelino Valença e do diretor Celso Malhani, também diretor da Pública, participou no último dia 18 de janeiro de encontro com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. A audiência foi a primeira reunião do governo federal com as centrais sindicais, entre elas a Pública Central do Servidor, entidade da qual a Federação é filiada.

Na oportunidade foram debatidas demandas de interesse dos trabalhadores, a exemplo da política de aumento do salário-mínimo para os próximos anos, correção da tabela de Imposto de Renda, a importância do sindicalismo para o fortalecimento da democracia, bem como possibilidades de revogação da reforma Trabalhista.

"Não queremos que o trabalhador seja um eterno fazedor de bico. Queremos que ele tenha direitos garantidos e um sistema de seguridade social que o proteja em momentos de infortúnio. Ao invés de fazer por medida provisória, vamos ter de construir juntos. Pois fica mais difícil de desmanchar", declarou o Presidente.

Para a reestruturação do país, Lula defendeu incluir na agenda nacional mecanismos para o fortalecimento do movimento sindical, valorização da força de trabalho, além de políticas públicas voltadas ao aperfeiçoamento e qualidade do serviço público.



EM BRASÍLIA, RIEDEL DEBATE PROJETOS ESTRUTURANTES PARA MS

“É de suma importância que o Governo Federal sinalize essa abertura de diálogo em torno de projetos estruturantes para cada um dos Estados”

O governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, esteve em Brasília quinta (26) e sexta (27) para participar da reunião do Fórum Nacional de Governadores. Entre os assuntos: reposição das perdas de arrecadação com ICMS incidente sobre combustíveis, energia elétrica, serviços de comunicação e transporte público. As pautas debatidas pelos 27 representantes dos estados e Distrito Federal foram apresentadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sexta-feira (27).

“É de suma importância que o Governo Federal sinalize essa abertura de diálogo em torno de projetos estruturantes para cada um dos Estados”, disse Eduardo Riedel. O governador enfatizou que no Fórum havia uma preocupação generalizada sobre as perdas de receitas de diversas formas.

Sobre o cenário em MS, Riedel disse que a perda é de R\$ 1,2 bilhões para o ano de 2023 e que ainda não há uma proposta formal para esta reposição. “Muitos estados aumentaram a alíquota do ICMS. Aqui permanece em 17% e este cenário causa perda de receita. Essa é uma dificuldade que enfrentaremos. Por isso, a importância de encontrar mecanismos e trazer nossos projetos prioritários para o Governo Federal para que essa situação seja estancada”, ressaltou.

Em relação aos projetos, Riedel, disse que são três: a BR 262, a sua duplicação, construção da terceira faixa e toda a sua revitalização, que é um eixo central para o Estado; o acesso à ponte Brasil-Paraguai pela Rota Bioceânica; e a revitalização e nova concessão da Malha Oeste, ferrovia que liga Três Lagoas a Corumbá e Campo Grande até Ponta Porã, importante eixo de escoamento de produção do Mato Grosso do Sul.

Secretário vai ao DF discutir reequilíbrio das contas públicas em encontro nacional



"Os estados têm defendido nas negociações com a União, encontrar formas de compensar as perdas com educação e saúde, devido à limitação de arrecadação de ICMS, para que fossem compensadas pelo governo federal no patamar anterior à sanção da lei"

De olho na questão fiscal e no reequilíbrio das contas públicas, o Comsefaz se reuniu na quinta (26) e sexta-feira (27) em Brasília para que as equipes de cada estado apresentasse as principais demandas de cada região. O encontro ocorreu em apoio ao Fórum de Governadores e contou com a presença do secretário de Fazenda de MS, Flávio César, que destacou como objetivo principal do evento tratar da recomposição fiscal dos estados.

"Os estados têm defendido nas negociações com a União, encontrar formas de compensar as perdas com educação e saúde, devido à limitação de arrecadação de ICMS, para que fossem compensadas pelo governo federal no patamar anterior à sanção da lei", explica.

Flávio César completa a fala frisando que outro ponto de grande repercussão foi o pacto federativo. "Isso tem girado em torno de questões fiscais, mas é bem mais amplo e diz respeito ainda a temas jurídicos, obrigações financeiras e arrecadação dos estados. Essas e outras propostas discutidas durante o encontro serão documentadas em carta, elaborada pelo Comsefaz, com anuência dos chefes do Executivo", conclui.

Os temas foram divididos nos dois dias de reunião de acordo com a formação dos estados. No caso de Mato Grosso do Sul, a composição é feita pelo Consórcio Brasil Central (BrC), que inclui Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Rondônia e Distrito Federal.

LULA NÃO VAI ENVIAR REFORMA ADMINISTRATIVA AO CONGRESSO

O líder do novo governo Lula (PT) na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE) afirma que a tentativa de resgate da discussão da reforma administrativa não está na pauta do Palácio do Planalto para o Congresso e que o calendário da reforma tributária será fechado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A reforma administrativa foi uma das mais desgastantes a Jair Bolsonaro (PL) durante seu governo, que na economia tinha Paulo Guedes como ministro, entusiasta da mudança na administração pública.



LIRA E PACHECO TRAVAM DISPUTA PARA INICIAR REFORMA TRIBUTÁRIA

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), travam uma acirrada disputa pelo pontapé inicial na reforma tributária. A concorrência, segundo membros do alto escalão do governo federal, é para definir por onde começa a revisão nos impostos — se pelo modelo dual de simplificação de tributos, previsto pela PEC 110, em tramitação no Senado Federal, ou se pela PEC 45, da Câmara, que propõe a criação de um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A ideia do governo, porém, é fazer um “mix” das propostas, juntando as duas. Lira defende que o texto inicial seja o da PEC 45, de autoria do deputado federal e presidente nacional do MDB, Baleia Rossi (SP). Só que a tese mais aceita é que a base seja o da PEC 110.

Candidatos à reeleição nas respectivas Casas Legislativas, Pacheco e Lira disputam o pontapé inicial na PEC por uma questão de posicionamento junto ao Palácio do Planalto. Afinal, seja por onde começar, o presidente praticamente “apadrinha” a reforma e aumenta o cacife nas negociações com o governo.



NOVA PEC DE REFORMA TRIBUTÁRIA SIMPLIFICA ICMS E ISS

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) apresentou PEC da reforma tributária com o objetivo de simplificar a cobrança dos impostos sobre o consumo. Com a PEC 46/2022, que foi subscrita por outros 36 senadores, o parlamentar espera unificar as leis estaduais, do Distrito Federal e municipais que regulam o ICMS e o ISS de modo a beneficiar cidadãos e setor produtivo.

Segundo o texto, as 27 legislações estaduais e do DF que tratam do ICMS e as milhares de leis municipais sobre ISS seriam substituídas por duas — uma para cada imposto — com abrangência nacional. Para isso, a PEC prevê a edição de duas leis complementares, de competência da União, para estabelecer normas gerais de direito tributário.

No entanto, não haverá unificação de alíquotas, que continuarão sendo determinadas e ajustadas pelas leis dos estados, do DF e dos municípios, conforme a necessidade de arrecadação de cada ente subnacional. A PEC também prevê o estabelecimento de câmara de compensação para reduzir desequilíbrios de alíquotas entre estados.

A proposta não altera a carga tributária nem prevê a geração de novas despesas para o Tesouro Nacional, que não participará da gestão da mudança de padrão do ICMS e do ISS — a unificação do processo será gerida pelo conjunto dos estados e dos municípios. A PEC, como as outras que tratam de reforma tributária, também estabelece a cobrança de ICMS e ISS no local de destino do consumo, sob o argumento de que a demanda de serviços públicos se dá no local onde o consumidor se encontra, e o valor dos impostos ficará sempre explícito em cada produto.



PAF PREVÊ ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA EM ATÉ R\$6,8 TRILHÕES EM 2023

O Plano Anual de Financiamento (PAF) para 2023 estima que o estoque da Dívida Pública Federal (DPF) deve ficar entre R\$ 6,4 trilhões e R\$ 6,8 trilhões este ano. De acordo com os números, divulgados na quinta-feira (26) pela Secretaria do Tesouro Nacional, a necessidade líquida de financiamento do governo federal neste ano é de R\$ 1,487 trilhão — parte desses recursos será destinada a cobrir o rombo nas contas públicas.

Considerando a composição da dívida, os papéis prefixados devem registrar participação entre 23% e 27% do total. Já os atrelados a índices de preços devem ficar entre 29% e 33% da DPF. Títulos pós-fixados devem ficar entre 38% e 42%. Por sua vez, os papéis ligados ao câmbio devem ficar entre 3% e 7%.

O documento avalia ainda que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que encerrou 2022 em 73,3% do Produto Interno Bruto (PIB), ainda é elevada quando comparada à média dos países emergentes com grau de investimento, o que reforça a necessidade de medidas fiscais, como o controle de gastos e a aprovação da reforma tributária.

ÂNCORA FISCAL E REFORMA TRIBUTÁRIA DEVEM FORTALECER O REAL

Após as definições das eleições, os olhos do mercado agora se voltam para o cenário fiscal e tributário do país. Documento divulgado pelo BofA (Bank of America) diz que se o governo investir em uma âncora fiscal crível e em uma boa proposta de reforma tributária ainda no primeiro semestre, a moeda brasileira deve ter uma performance sólida em 2023 e um desempenho melhor do que o de outras moedas emergentes.



O banco, que reitera a projeção do dólar em R\$ 5,20 no fim deste ano, avaliou que o real brasileiro teve um bom desempenho em 2022, quando superou a maioria dos outros países do mundo (tanto em termos de retorno à vista quanto total), apesar da incerteza eleitoral. “Embora as preocupações com as políticas permaneçam latentes, as altas taxas de juros domésticas, combinadas com as expectativas de reabertura da China, podem beneficiar o real”, destaca.



CONGELADA, TABELA DO IR VIRA PROBLEMA PARA GOVERNO E CONTRIBUINTE

“Eu tenho uma briga com os economistas do PT. Se a gente fizer isenção até R\$ 5 mil, são 60% da arrecadação deste país. Então, vamos mudar a lógica, diminuir para o pobre e aumentar para o rico”, disse Lula em discurso no Palácio do Planalto. A declaração do petista faz parte da promessa repetida desde a campanha eleitoral de “colocar o pobre no Orçamento” – já apertado.

Enquanto se discute o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária, a nova tabela do Imposto de Renda (IR) está congelada desde 2015. Mas, se depender da vontade do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a atualização da tabela virá com a ampliação da faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

“Eu tenho uma briga com os economistas do PT. Se a gente fizer isenção até R\$ 5 mil, são 60% da arrecadação deste país. Então, vamos mudar a lógica, diminuir para o pobre e aumentar para o rico”, disse Lula em discurso no Palácio do Planalto. A declaração do petista faz parte da promessa repetida desde a campanha eleitoral de “colocar o pobre no Orçamento” – já apertado.

Se Lula busca colocar o pobre no Orçamento, a equipe econômica sinaliza que essa não é a solução para o caso do Imposto de Renda. Isso porque não há espaço fiscal para mexer na tabela este ano. Um estudo realizado pela Unafisco e publicado em janeiro de 2023 aponta que 18 milhões de brasileiros se beneficiariam da isenção da cobrança do IR neste ano se a tabela fosse corrigida integralmente pela inflação desde 1996. Ficariam isentos todos com rendas tributáveis não superiores a R\$ 4.723,77, valor próximo aos R\$ 5 mil prometidos por Lula. O ponto, no entanto, preocupa a equipe econômica do novo governo: a renúncia fiscal que essa decisão significaria, de R\$ 184 bilhões.

STF: JULGAMENTOS TRIBUTÁRIOS PODEM CUSTAR R\$ 622,6 BI À UNIÃO

O STF pode julgar uma pauta tributária bilionária em 2023. O JOTA elencou 30 processos cujos julgamentos tanto no plenário virtual quanto no físico da Corte é esperado pelos contribuintes neste ano. Em apenas 13 deles, a União estima impacto de até R\$ 622,6 bilhões em cinco anos, segundo dados da LDO 2023.

A conclusão dos processos que discutem os limites da coisa julgada em matéria tributária e o momento do início da cobrança do diferencial de alíquota (Difal) de ICMS estão entre as grandes expectativas dos contribuintes para a pauta do STF em 2023.



COMSEFAZ PESQUISA NÍVEL DE SOLIDARIEDADE FISCAL BRASILEIRO

O Comsefaz irá promover estudo sobre o nível de solidariedade fiscal no Brasil. Para isso, lançou edital de contratação de consultoria técnica de empresa especializada, a fim de proceder à execução da pesquisa e elaboração do estudo.

A pesquisa é fundamental para conhecer melhor a realidade da carga tributária brasileira, uma vez que a análise será do ponto de vista per capita e em comparação com outros países. Para o Comsefaz, o estudo é fundamental, pois permitirá o estabelecimento de indicadores e trará evidências sobre tema de grande relevância para os estudos da Educação Fiscal hoje realizados, bem como subsidiará as ações do Comitê, aprimorando o desempenho de sua atuação em âmbito nacional, sempre em prol a uma maior harmonização federativa.

Acesse o Termo de Referência do projeto em

<https://comsefaz.org.br/novo/wp-content/uploads/2023/01/TR-ANALISE-COMPARATIVA-INTERNACIONAL-DA-SOLIDARIEDADE-FISCAL-BRASILEIRA.pdf>



“A META É REVERTER OS TRIBUTOS PARA UM MS MAIS PRÓSPERO, INCLUSIVO, VERDE E DIGITAL”

O principal objetivo da Sefaz é criar uma nova sinergia, mais produtiva, entre as áreas responsáveis por grandes investimentos e pagamentos das contas. O foco é melhorar ainda mais a qualidade dos gastos públicos, um dos maiores desafios do estado, atualmente.

Em sua entrevista, o secretário de Fazenda de MS, Flávio César, deixou claro que sua pasta terá foco, eficiência, produtividade e resolutividade, em especial porque a conjuntura que nos espera adiante tende a ser extremamente desafiadora, com um cenário de menor crescimento do mundo e do Brasil e, portanto, uma menor dinâmica econômica. Ele ressaltou que irá respeitar cada centavo de dinheiro público pago com o sacrifício das empresas e dos cidadãos e que é sua obrigação fazer estes investimentos retornarem à sociedade em forma de obras, projetos e programas transformadores da nossa realidade.

ASSISTA: <https://youtu.be/j46wAqD-hWE>



PROJETO DE R\$ 35 BILHÕES, FERROVIA PARA LIGAR MS AO PR AVANÇA

O processo de licenciamento ambiental da Nova Ferroeste, que vai ligar por trilhos Maracaju ao Porto de Paranaguá (Paraná), teve avanço nesta semana. Os estudos foram apresentados para a comunidade da Terra Indígena Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras, comunidade do Paraná que está incluída no traçado da ferrovia.

Com investimento de R\$ 35,8 bilhões, o leilão para executar o empreendimento será realizado na B3 (Bolsa de Valores). O vencedor vai executar as obras e operar a malha ferroviária por 99 anos. Após o aval das lideranças, pactuado em ata, a Funai vai recomendar ao Ibama a continuidade do processo.

GOVERNO DE MS PREFERE QUE PETROBRAS CONCLUA A UFN3

A venda da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN3), fábrica de fertilizantes localizada em Três Lagoas, foi interrompida novamente. Na última terça-feira, a Petrobras anunciou o fim do processo de comercialização da indústria. A expectativa do governo de MS é de que a petrolífera conclua as obras.

O governador Eduardo Riedel (PSDB) disse em coletiva que aguarda a posição da estatal em relação à conclusão da unidade. E que a preferência é que a Petrobras conclua as obras da fábrica. “Estamos crendo, e é um desejo nosso, que a Petrobras assuma a obra para concluir a UFN3 e, depois, decida se vai vender ou operar o ativo. O mais importante para o Estado é que a fábrica seja concluída e opere para gerar produção de fertilizantes e emprego. O indicativo da Petrobras hoje é de que eles vão concluir”, afirmou Riedel.



“Eu tenho uma briga com os economistas do PT. Se a gente fizer isenção até R\$ 5 mil, são 60% da arrecadação deste país. Então, vamos mudar a lógica, diminuir para o pobre e aumentar para o rico”, disse Lula em discurso no Palácio do Planalto. A declaração do petista faz parte da promessa repetida desde a campanha eleitoral de “colocar o pobre no Orçamento” – já apertado.

PROJETO DA MS MINERAL MIRA EM CRESCIMENTO ECONÔMICO

Está em andamento a elaboração de um plano de reestruturação da MS Mineral, empresa de Gestão de Recursos Minerais de Mato Grosso do Sul. O grupo é composto por representantes da Sefaz, Semadesc, do Imasul, SAD, PGE e terá um prazo de 90 dias para a elaboração do Plano de Reestruturação da MS Mineral.

O setor está ligado à extração de ferro e manganês e lidera investimentos no Estado com mais de R\$ 5 bilhões previstos nos próximos dois anos, em exploração e ampliação. Mato Grosso do Sul ocupa atualmente a sétima colocação na arrecadação nacional da Cfm (Compensação Financeira da Exploração de Recursos Naturais), com R\$ 345,09 milhões recolhidos por meio das operações de 147 empresas instaladas no Estado.

O Estado possui abundância de manganês nas cidades de Corumbá e Ladário. Na região pantaneira, na Serra da Bodoquena, há reservas de calcário dolomítico e calcítico, fosfato e mármore, além da extração de água mineral folhelho, filito (indústria cimenteira) granitos (brita e rochas ornamentais), remineralizadores de solo (pó de rocha) e materiais de uso na construção civil (areia, cascalho e basalto) e argila (usado na indústria cerâmica).

No projeto de reestruturação deverá constar o levantamento de informações geológicas de MS, apontando regiões com potencial para extração e levantamento de minerais estratégicos, de acordo com o PNM-2030 (Plano Nacional de Mineração 2030), do Ministério de Minas e Energia.

No documento também devem constar propostas de uma política de mineração sustentável e de preservação ambiental.

DESCONTO DE 15% NO IPVA ACABA DIA 31 DE JANEIRO

O desconto de 15% do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) para pagamentos à vista segue até o dia 31 de janeiro. Já para quem decidiu pelo parcelamento em cinco vezes, essa também será a data limite.

As próximas datas são dia 28 de fevereiro, 31 de março, 28 de abril e 31 de maio. O valor de cada parcela não pode ser inferior a R\$ 30 para veículos de duas rodas e R\$ 55 para os demais veículos. O boleto pode ser acessado pelo site:

www.autoatendimento.ms.gov.br/ipva



VEÍCULO MAIS CARO TRIBUTADO NO MS CUSTA R\$ 2,7 MILHÕES



O veículo mais caro tributado em Mato Grosso do Sul é uma Ferrari Portofino, avaliada com valor venal de R\$ 2.700.180,00, com IPVA de R\$ 81.005,40, o maior do estado. Este é o segundo IPVA mais caro do país, atrás apenas da Lamborghini Huracan, no Estado do Paraná, com IPVA calculado em R\$ 91.190,78. Caso o carro mais caro do mundo, um Rolls-Royce Boat Tail, de U\$ 28 milhões, convertido em moeda nacional R\$ 131.054.000,00, fosse tributado, o valor da taxa seria de R\$ 5,2 milhões.



SINDIFISCO-MS HOMENAGEIA AUDITORES E AUDITORAS FISCAIS APOSENTADOS

O Dia Nacional dos Aposentados, comemorado em 24 de janeiro, é uma data importante para todos nós. Isso porque, mais que um momento de reflexão serve para que possamos lembrar a história do nosso Estado e dos auditores e auditoras fiscais que atuaram de forma decisiva para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

O Sindifisco-MS destaca as honras, especialmente in memoriam, aos aposentados Zenildo Pereira Dantas e Paulo Bomfim que cumpriram com grandeza e excelência sua missão à frente das atividades de fiscalização e sua luta em prol da nossa categoria.

A auditora fiscal da Receita Estadual aposentada, Arly Dauzacker, conta que ingressou na Secretaria de Fazenda em 1984, como contadora.



“Em julho de 85 fui nomeada por concurso e em 87 fui indicada para representar a Inspeção Geral de Finanças, no concurso de funcionária padrão da secretaria, sendo a segunda classificada. Em julho de 88 ocupei meu primeiro cargo como Diretora de Contabilidade e Administração Direta e depois vários outros de diretoria por muitos anos. Em 33 anos de Sefaz, trabalhei 30 na contabilidade, 3 no monitoramento do tributo e fiz muitos amigos que levo para a vida toda. Em agosto de 2017 me aposentei, mudei para a chácara e minha vida é viver no paraíso, fazendo artesanato, crochê, tricô, curtindo a natureza e criando meus bichos. O que mais me alegria nisso tudo é ter todo o tempo do mundo para ficar com meus netos quando eles precisam”, declarou.

O auditor fiscal José Ramos disse que este dia lhe remete ao passado e o faz lembrar que teve uma vida de trabalho, luta e grandes conquistas.



“Minha maior conquista no fisco de Mato Grosso do Sul foi, sem dúvida alguma, as grandes amizades que nasceram ao longo da carreira. Comecei a carreira fiscal em Três Lagoas, em 1985. Em 1989 fui transferido para Campo Grande, onde exerci várias funções dentre as quais Subdelegado de Fazenda na Sefaz da rua 7 de Setembro a convite do amigo Nelson Batista. Em 2002 recebi o convite para exercer a função de Coordenador de Fiscalização em Aquidauana e posteriormente em Corumbá, locais esses em que também fiz vários amigos no fisco. Findo esse prazo, voltei para Campo Grande e candidatei-me à presidência do Sindifisco-MS, para o qual fui eleito em 2006 e reeleito em 2008 até 2010. Em 2011 ganhei o direito à aposentadoria e permaneci aposentado até 31.08.22 quando assumi o cargo de diretor da Unisaude, na vacância do ZPD”.

O auditor fiscal João Carlos Torraca Gordin ingressou na Secretaria no concurso de 1985.



"Em seguida trabalhei um ano e meio em Corumbá. Vim para Campo Grande, cedido para a Secretaria do Trabalho, onde fui diretor geral, por mais ou menos 1 ano e meio. Voltei à Fazenda e trabalhei "na pasta" até mais ou menos 1995, quando fui cedido à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, onde fui diretor geral de promoção econômica, por 1 ano, quando as secretarias de ind Comércio, agricultura e meio ambiente foram extintas e foi criada a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Esta secretaria tinha três superintendências que faziam as funções das secretarias extintas. Ali eu fui superintendente de Indústria, Comércio e Turismo, por quatro anos. Voltei à Fazenda e trabalhei no setor da dívida pública por algum tempo, e depois fui cedido ao BRDE- Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul, que abriu uma agência em Campo Grande e assinou convênio com o Estado. Voltei à Fazenda e trabalhei no núcleo de modernização institucional até me aposentar em 2012. Fiz muitos amigos no fisco e hoje tenho aproveitado para curtir bastante meus netos".

Edna Maria Ferreira de Vasconcelos Tobji conta que ingressou na sefaz em 28 de agosto de 1992 como Fiscal de Rendas, se casou e foi morar em Antonio Joao.



“Mudei de emprego, estado civil e cidade em uma mesma semana. lembro que na época nós tínhamos que comprar computador para trabalhar. Até aprender o trabalho e pegar o ritmo, não foi fácil, mas tive colegas muito importantes como Ruildo e Aristides, chefe da Agenfa de Ponta Pora que sempre me auxiliaram. Fui transferida para Campo Grande e convidada pelo Jose Anselmo, na ocasião Superintendente de Administração Tributária, para auxiliar o Eduardo Seravegna e o Antonio Carlos no setor de Outros Tributos. Depois a Lygia Maria de Brito, o Madeira, Ayrton de Araujo e Eliana Boura Rodrigues Barbosa. Me aposentei no setor do IPVA como sempre desejei, local onde pude me realizar profissionalmente. Após a aposentadoria me dediquei a família e diversas atividades que sempre quis como equitacao, capoeira, natação, patinação artística,

canto, danças caribenhas e outras, até a pandemia. Hoje retorno aos poucos e sinto saudades das pessoas que convivi, Edivaldo, Mariazinha, Lili, Alexanndre, Roberta, Debora, Geane , Paulinho, Rosana, Laura, Gabriela, Simony, Dalva, Marlene, Arlindo, Antonio, Kim, Bia, Geisa, Idate, enfim, meus agradecimentos eternos ao carinho recebido de todos os colegas da Sefaz, bem como a todos do sindicato e fiscosul que sempre estiveram muito presentes em toda minha vida funcional. Gratidão.”



EM DIA COM O FISCO
INFORMATIVO SINDIFISCO-MS | 28/01/2023

Leia mais no nosso site www.sindifisco-ms.org.br

Siga nossas Redes Sociais



@sindifiscosms



Sindifisco-MS